improrrogável, será anulado o presente diploma ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhes comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 8 de Fevereiro de 1912.—O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*. (A assinatura inutiliza estampilhas do imposto do selo do valor de 3\$610 réis).

Para a sociedade intitulada L'Uranie, E. Urbain e A. Feige & C^o, com sede em Paris.

Tendo requerido Harding Brother's & C^o, comerciantes em Londres, o diploma de descobrimento legal da mina de urânio do Alto da Várzea, situada na freguesia de S. Vicente, concelho e distrito da Guarda;

Vistos os documentos, que demonstram ter os requerentes satisfeito todos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que, por ordem do Governo, verificou a existência do depósito;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas:

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que os requerentes sejam reconhecidos como proprietários legais do descobrimento da mina de urânio do Alto da Várzea, situada na freguesia de S. Vicente, concelho e distrito da Guarda, cuja posição topográfica vai designada na planta que, por cópia, acompanha a presente portaria.

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na mesma planta pelos traços de cor vermelha, formando o quadrilátero irregular B G F E, com a área de 41 hectares, 16 ares e 65 centiares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto B, comum à demarcação da mina da Quinta do Pinheiro;

Ponto G, a 285 metros do ponto A da demarcação da mesma mina, medidos no prolongamento, para o lado do nascente, do lado BA;

Ponto F, a 638 metros do referido ponto A, medidos sobre a perpendicular tirada por este ponto para o lado do sul, ao lado BA;

Ponto E, a 645 metros do ponto B da demarcação da mesma mina, medidos sobre a perpendicular tirada por este ponto para o lado do sul do referido lado BA.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do citado decreto, são concedidos aos requerentes seis meses, contados da publicação deste título no *Diário do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possuem a quantia de réis 5:000\$000, mínimo do capital necessário para a lavra deste jazigo, e bem assim a proposta de pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades, na inteligência de que, não se habilitando nestes termos dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando livre o campo para novos registos.

O que se lhes comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 8 de Fevereiro de 1912.—O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*. (A assinatura inutiliza estampilhas do imposto do selo do valor de 3\$610 réis).

Para Harding Brother's & C^o, comerciantes em Londres.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Por decretos de 5 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8:

Capitão de mar e guerra António de Almeida Lima—exonerado do cargo de comandante do cruzador *Almirante Reis*.

Capitão-tenente, Adriano Teixeira Sarmiento Saavedra—nomeado para o cargo de comandante interino do cruzador *Almirante Reis*.

Capitão-tenente, José de Freitas Ribeiro—mandado regressar à situação de serviço na arma, sendo nela considerado desde 26 de Janeiro último, data em que se apresentou na Majoria General da Armada, por ter sido exonerado do cargo de Ministro das Colónias.

Majoria General da Armada, em 10 de Fevereiro de 1912.—O Major General da Armada, *J. M. Teixeira Guimarães*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

2.ª Repartição

O cônsul de Portugal em Cadiz, em officio de 17 do Janeiro último, comunicou a esta Secretaria de Estado o falecimento, ocorrido em 14 de Dezembro do ano passado em Línea de la Concepción, de Rosa de Brito Branquinho, de 72 anos, casada, filha de Manuel e Mariana, natural de Tavira.

O cônsul geral em Viena, em officio de 18 do dito mês, annunciou o falecimento naquela cidade, em 10 de Setembro último, da Baroneza Beatriz Jonnleithner, de apelido Sales, deixando os seguintes legados:

6:000 coroas ao seu afilhado Carlos de Resende, 1:000

coroas a sua sobrinha D. Maria da Conceição Macieira Barreira, ambos residentes em Lisboa.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 10 de Fevereiro de 1912.—*A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Por portaria de 23 de Janeiro findo:

Ernesto Augusto Domingues, escrivão do primeiro officio da 1.ª vara da comarca de S. Tomé—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias, que lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar.

(Já pagou os emolumentos e respectivos adicoinais).

Bacharel Alberto Baptista de Araújo Leite, delegado do procurador da República da comarca de Ambaca—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias, que lhe arbitrou trinta dias de licença para completar o tratamento.

Mário Teixeira Xavier de Sousa Guimarães, escrivão do juízo criminal da comarca de Lourenço Marques—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias, que lhe arbitrou quarenta e cinco dias de licença para completar o tratamento.

Por portaria de 30 de Janeiro último:

Bacharel Augusto Pinto Pimentel Furtado, conservador do registo predial da comarca de S. Tomé—confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias, que lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar.

(Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 10 de Fevereiro de 1912.—Pelo Director Geral, *João Taumaturgo Junqueira*.

3.ª Repartição

Despachos effectuados na data abaixo indicada

Por portarias de 5 do corrente:

Joaquim Pires Ferreira Chaves, segundo aspirante do quadro dos correios de Lisboa e Porto—exonerado, a seu pedido, do cargo de director dos correios da Guiné, que tem exercido em comissão de serviço extraordinário, para que foi nomeado em portaria de 27 de Maio de 1911, devendo regressar a Cabo Verde a fim de reassumir, em comissão, as funções de segundo official director do correio da Praia.

António Castanheira Nunes Júnior, primeiro official dos correios da provincia de Angola—nomeado, para exercer, em comissão de serviço extraordinário, as funções de director dos correios da Guiné.

Alfredo Maria da Costa e Andrade, agricultor diplomado, em serviço na missão de estudos agrónomicos da provincia de Cabo Verde—concedidos trinta dias de licença registada. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 10 de Fevereiro de 1912.—Pelo Director Geral, *João Taumaturgo Junqueira*.

Rectificação

No anúncio de concurso para admissão dum regente agricola para as colónias, publicado no *Diário do Governo* n.º 18, de 22 de Janeiro último, a fl. 347, col. 3.ª, onde está: «1.º Certidão de idade com que provem ter mais de vinte e cinco e menos de cinquenta anos de idade», deve estar: «1.º Certidão de idade com que provem ter mais de vinte e um e menos de cinquenta anos de idade».

Direcção Geral das Colónias, em 10 de Fevereiro de 1912.—Pelo Director Geral, *João Taumaturgo Junqueira*.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

Alfândegas

Despacho effectuado por portaria de 9 de Janeiro último

Alfredo Augusto Conty Caldas Xavier, segundo aspirante do quadro aduaneiro de Angola e S. Tomé—prorrogada por trinta dias a licença para se tratar, concedida por portaria de 12 de Dezembro último.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias, em 8 de Fevereiro de 1912.—O Director Geral, *Eusébio da Fonseca*.

TRIBUNAIS

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Recurso n.º 13:763, em que é recorrente Fernando de Freitas Guimarães, e recorrido o auditor administrativo do distrito de Braga. Relator o Ex.^{mo} vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Menezes.

Contra a eleição da mesa da Irmandade de Santo Ovídio, no concelho de Fafe, distrito administrativo de Braga, realizada em 11 de Junho de 1911, protestaram nesse acto, perante a mesa eleitoral, Florêncio Monteiro Vieira de Castro, António Nogueira Mendes, Adolfo Coimbra de Medeiros e Fernando de Freitas Guimarães, acusando

falta de convocação dos confrades para a eleição, reunião em número inferior à maioria dos irmãos, e admissão de votos de pessoas ilegalmente inscritas como irmãos pela comissão administrativa da irmandade; contraprotestaram seis eleitores, alegando que a convocação, embora dispensada pelos estatutos, se fizera por editais, concorrendo à eleição os signatários do protesto e outros opositores—no acto eleitoral compareceram 66 eleitores, dos 122 que tem a irmandade, votando 62, isto é, a maioria dos convocados, apesar de ser sufficiente qualquer número, visto não ter havido maioria na anterior convocação da assembleia para o dia 4 de Junho—e da regularidade da admissão de irmãos pela comissão administrativa nem pode conhecer a mesa eleitoral, nem dizem as leis da República; no dia seguinte, 12 de Junho, apresentou Fernando de Freitas Guimarães, ao administrador do concelho de Fafe, segundo protesto, reproduzindo as arguições da véspera, indicando os nomes de 32 votantes ilegalmente admitidos, queixando-se da falta de certidão dos irmãos inscritos, certidão que pedira à comissão administrativa e não lhe fora passada, e oferecendo 6 testemunhas dos factos relatados; em 18 de Junho, à porta da sacristia da capela de Santo Ovídio, por estar fechada a mesma capela, procederam os autores dos protestos, com outros irmãos, à eleição da mesa da irmandade, que se verificou sem opposição, sendo o respectivo processo enviado pela mesa eleitoral ao administrador do concelho de Fafe, que, em officio de 22, endereçou ao governo civil de Braga dois maços com papéis da eleição, e em 18 de Julho seguinte levantou auto das declarações prestadas por cada um dos sete vogais da mesa eleitoral de 11 de Junho.

Autuados na Auditoria Administrativa de Braga, o processo eleitoral de 18 de Junho e a cópia da acta da eleição de 11 de Junho, com os protestos, contraprotostos, declarações dos vogais da mesa eleitoral e officios do governador civil e administrador do concelho, teve vista o Ministério Público e proferiu-se sentença, em 2 de Agosto, julgando válida a eleição e legitimamente eleitos os individuos constantes da acta de 11 de Junho, e nula e sem valor a eleição de 18 do referido mês.

Desta sentença vem o presente recurso, interposto em tempo pelo autor dos primitivos protestos, Fernando de Freitas Guimarães, que, na minuta de fl. 44, insiste na ilegalidade da admissão de irmãos pela comissão administrativa, e alega a inelegibilidade dos votados e eleitos em 11 de Junho, por fazerem parte desses irmãos admitidos ilegalmente, em número de 55, conforme uma certidão apensa ao processo, concluindo por pedir a revogação da sentença a anulação da eleição de 11 de Junho, e a validação do acto eleitoral de 18 do mesmo mês.

Por acórdão de 25 de Outubro de 1911, deferindo uma promoção do Ministério Público, mandou o tribunal completar o processo com as actas originaes, cadernos de eleitores e de descargas, listas de votados e mais papéis que, além dos protestos e contraprotosto, constituam o processo eleitoral de 11 de Junho, ouvir sobre esses protestos a mesa eleitoral e notificar o recorrente.

Voltou o processo, instruído com certidão dos nomes de 55 irmãos, admitidos em 29 e 30 de Novembro de 1910, e 7 e 9 de Fevereiro de 1911, passada pelo secretário da irmandade em 25 de Junho; resposta da mesa eleitoral, sustentando a validade da eleição realizada no segundo domingo de Junho (dia 11), pelos irmãos inscritos no livro dos confrades, e admitidos sem impugnação pelos mesmos gerentes, e alguns pela comissão administrativa, legalmente competente para os admitir, segundo os decretos de 13 e 28 de Outubro de 1910, e declarando ser praxe antiga fazer-se a chamada dos eleitores pelo livro de inscrição dos irmãos, e lavrar-se a acta da eleição em livro para esse fim destinado, faltando assim cadernos avulsos de actas e eleitores; informação do governador civil e administrador do concelho, confirmando aquela resposta na parte relativa aos cadernos e actas.

Tudo visto, e ouvido o Ministério Público:

Considerando que não se prova a existência de irregularidades, ou infracções de lei, na eleição constante da acta de 11 de Junho de 1911, junta por cópia a fl. . . ., que tem por si a presunção legal;

Considerando que dessa acta se mostra a falta de eleição no domingo anterior, designado pelos estatutos, os quais não se juntam;

Considerando que a intervenção de irmãos admitidos pela comissão administrativa não constitui fundamento de impugnação do acto eleitoral, emquanto pelos meios e estações competentes não for apreciada e anulada a respectiva admissão;

Considerando que da eleição do dia 18 de Junho não há que conhecer:

Acordam, em conferência, os do Supremo Tribunal Administrativo, em negar provimento no recurso.

Sala das Sessões do Tribunal, em 6 de Dezembro de 1911.—*Pizarro—Cardoso de Menezes—M. Paes—Ferreiro*.—Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme.—Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 14 de Dezembro de 1911.—O Secretário Geral, *Júlio César Cau da Costa*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO

Pelo presente se anuncia que, até as treze horas (uma hora da tarde) do dia 15 do corrente mês de Fevereiro, a Junta do Crédito Público receberá propostas para a venda de letras, saques ou cheques sobre Londres, Paris